Considerando a vantagem da difusão de organismos da natureza e com os intuitos do criado pelo decreto n.º 3:120 B, de 10 de Maio de 1917;

Considerando que o Corpo Nacional de *Scouts* abrange os dois graus de instrução estabelecidos no decreto com força de lei n.º 5:314, de 18 de Março de 1919:

Hei por bem, sob proposta do Ministro da Guerra, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São aprovados os estatutos do Corpo Nacional de *Scouts*, que seguidamente são publicados.

Art. 2.º Em tudo que não conste destes estatutos fica o Corpo Nacional de *Scouts* sujeito a todas as disposições do decreto n.º 5:314, de 18 de Março de 1919, especialmente no que diz respeito às condições gerais de funcionamento, à subordinação e à fiscalização.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário. O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 14 de Fevereiro de 1925.— MANUEL TELXEIRA GOMES — *Helder Armando dos Santos Ribeiro.*

Estatutos do Corpo Nacional de *Scouts*

CAPÍTULO I

Fim e sede social

Artigo 1.º É criado em Portugal o Corpo Nacional de *Scouts* com o fim de promover a educação física, intelectual e moral da juventude, segundo o método do general Baden Powell.

Art. 2.º O Corpo Nacional de *Scouts* é uma associação civil, nacional e sem carácter político.

Art. 3.º Para a realização dos seus fins o Corpo Nacional de *Scouts* promoverá:

I — a organização de grupos de *scouts* em todo o território de Portugal, ilhas adjacentes e colónias ultramarinas;

II — a publicação de um periódico sobre os seus objectivos;

III — a preparação de todos os quadros de dirigentes.

Art. 4.º A sede central do Corpo Nacional de *Scouts* será na cidade de Braga.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 5.º O Corpo Nacional de *Scouts* admite nos seus organismos sócios aspirantes, *scouts*, dirigentes, auxiliares, correspondentes e honorários, que, de harmonia com os fins, exercerão as funções que lhes forem assignadas pelos respectivos regulamentos.

§ único. Não serão admitidos sócios no Corpo Nacional de *Scouts*, sem prévia autorização dos respectivos pais, tutores ou encarregados da educação, os indivíduos menores de vinte e um anos.

Art. 6.º É condição essencial para ser admitido em qualquer das categorias de sócios acima mencionadas o ter boa reputação moral e civil.

§ único. Todo o sócio que, pelo seu mau comportamento, se tornar indigno de pertencer a esta associação será dela expulso, depois de ter corrido o competente processo, segundo as disposições regulamentares.

Art. 7.º Os sócios da primeira e segunda categorias repartem-se, quanto ao seu desenvolvimento físico, em três secções, correspondentes aos tipos normais dos sete aos doze anos, dos doze aos dezasseis e dos dezasseis aos vinte e um.

CAPÍTULO III

Organização

Art. 8.º O Corpo Nacional de *Scouts* será superiormente dirigido por uma junta central, de que farão parte um director geral, um comissário nacional, um

inspector-mor e os comissários, directores e inspectores regionais.

Art. 9.º Para melhor atingir os seus fins, a junta central dividirá o país em regiões, em cada uma das quais estabelecerá, como sua delegada, uma junta regional composta por um comissário, um director e um inspector.

Art. 10.º Serão nomeados comissário nacional e inspector-mor os indivíduos que a junta central julgar com competência para tais cargos, devendo a sua nomeação ser sancionada pelo director geral.

Art. 11.º São atribuições da junta central:

I — Velar pelo cumprimento dos estatutos e regulamentos;

II — Manter as relações com as autoridades e associações congêneres;

III — Julgar os processos disciplinares;

IV — Aprovar as modificações dos estatutos e os regulamentos adequados.

Art. 12.º A junta central divide a sua acção pelos seguintes organismos: comissão executiva, comissão técnica, comissão directora-administrativa e comissão revisora de contas.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Art. 13.º Os *scouts* e dirigentes deverão usar uniformes segundo os modelos internacionalmente adoptados pelas associações congêneres.

§ único. Para efeito do presente artigo o Corpo Nacional de *Scouts* adopta os três tipos de uniformes seguintes:

1.º tipo. Boné *jockey* azul com os gomos separados por um filete amarelo; lenço verde dobrado em diagonal com um nó simples por baixo do queixo; camisola cinzenta, calções azuis deixando o joelho a descoberto, meias pretas, jarreteiras amarelas e botas ou sapatos pretos.

2.º tipo. Chapeu, modelo *boy-scout*, de cor de carne; camisa de kaki amarelo, com platinas, dois bolsos de macho central assentes sobre o peito e colarinho raso de bicos; lenço verde e calções azuis como no primeiro tipo, jarreteiras verdes e botas ou sapatos pretos.

Os dirigentes poderão usar casaco aberto deixando ver oito centímetros do peitilho da camisa, com uma ordem de 4 botões, e 4 bolsos, e cinto da mesma fazenda, e calção à *chantilly*.

3.º tipo. Bóina azul, lenço verde, calções azuis e meias pretas como no primeiro tipo e blusa à maruja.

Os dirigentes poderão usar boné azul com pala, casaco e calça da mesma cor.

Art. 14.º A insígnia do Corpo Nacional de *Scouts* é constituída pela Flor de Lis.

Art. 15.º Estes estatutos só poderão ser alterados quando votada a sua alteração por dois terços da junta central, e entrarão em vigor depois de devidamente aprovados.

Art. 16.º No caso de dissolução do Corpo Nacional de *Scouts*, os seus fundos reverterão a favor da assistência pública.

Paços do Governo da República, 14 de Fevereiro de 1925.— O Ministro da Guerra, *Helder Armando dos Santos Ribeiro.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral de Belas Artes

Portaria n.º 4:360

Atendendo ao que lhe foi presente pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, que se rege pelo decreto

n.º 8:630, de 9 de Fevereiro de 1923: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Instrução Pública, que seja publicado o seguinte regulamento interno da mesma Associação.

Paços do Governo da República, 14 de Fevereiro de 1925.—O Ministro da Instrução Pública, *António Joaquim de Sousa Junior*.

Regulamento da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Aprovado pela assemblea geral em sessões de 30 de Novembro e 5, 12 e 19 de Dezembro de 1923

CAPÍTULO I

Finis da Associação

Artigo 1.º Para a cabal execução dos fins preceituados no artigo 1.º do decreto n.º 8:630, de 9 de Fevereiro de 1923, a Associação procurará: levar a efeito investigações e pesquisas arqueológicas, promover visitas de estudo e publicar, ou no seu órgão oficial, ou de qualquer outro modo, estudos e documentos relacionados com a sua vida associativa.

CAPÍTULO II

Dos sócios

Classes e admissão

Art. 2.º A Associação compõe-se de ilimitado número de sócios, portugueses e estrangeiros, de ambos os sexos, que tenham demonstrado, por qualquer forma, especial interesse pelos fins desta colectividade e que satisfaçam aos seguintes requisitos indispensáveis:

- a) Idade superior a 21 anos;
- b) Notória categoria moral;
- c) Preparação intelectual necessária para atingir os fins da Associação.

Art. 3.º Há duas classes de sócios:

- a) *Efectivos*, os que, em virtude da sua residência, podem acompanhar assiduamente os trabalhos associativos;
- b) *Correspondentes*, os que, por motivo da sua residência, não podem acompanhar de perto os mesmos trabalhos.

Art. 4.º Dentro destas duas classes de sócios haverá as seguintes categorias:

- a) *Simplemente efectivos ou correspondentes*, aqueles que satisfazem restritamente às condições estipuladas no artigo 2.º;
- b) *Titulares*, os que sejam autores de trabalhos sobre os assuntos de que a associação se ocupa, e que mereçam parecer favorável de qualquer das secções de estudo;
- c) *De mérito*, os que, conforme parecer de todas as secções de estudo da associação, se tenham notabilizado pelos seus trabalhos sobre arqueologia propriamente dita.

Art. 5.º Excepcionalmente, a assemblea geral, ou por iniciativa própria ou proposta do conselho administrativo, poderá conferir o título de *sócio honorário* ao indivíduo nacional ou estrangeiro que se tenha notabilizado pelos seus altos serviços à pátria ou à humanidade, e o de *benemérito* ao indivíduo, sócio ou não, que tenha prestado à associação serviços relevantes ou feito um donativo importante.

§ único. Os indivíduos abrangidos neste artigo são isentos do pagamento de jóia e cota; gozam, porém, de todos os direitos dos sócios efectivos ou correspondentes, excepto os de intervir, por meio de voto, na vida associativa.

Art. 6.º As propostas para sócios de qualquer classe

devem conter as seguintes indicações: nome do candidato, nacionalidade, data e lugar do nascimento, posição social, habilitações literárias e científicas, lugares que tenha desempenhado, sociedades científicas a que pertença, obras publicadas ou em preparação, jornais e revistas em que tenha colaborado, e, finalmente, as recompensas honoríficas recebidas.

§ único. As propostas para sócios devem sempre ser assinadas por três membros da associação e estar patentes na sede por espaço de quinze dias, pelo menos, durante os quais é lícito a qualquer sócio dirigir por escrito, ao presidente, observações acerca do candidato. É também condição indispensável, salvo impossibilidade absoluta, que as propostas sejam acompanhadas de um exemplar de cada uma das obras do candidato, e bem assim de quaisquer outros títulos justificativos da candidatura.

Art. 7.º A admissão de sócios efectivos e correspondentes é da exclusiva competência de um conselho constituído pelo presidente da Associação, pelos presidentes das secções de estudo, pelo secretário geral, pelo vogal redactor e pelo tesoureiro, conselho que, para este fim, deverá reunir, pelo menos, uma vez por mês.

Art. 8.º O acesso de qualquer sócio da categoria de simplesmente efectivo ou correspondente para a categoria de titular faz-se ou por meio de solicitação, devidamente fundamentada, do interessado ao presidente da sua secção de estudo, ou por espontânea deliberação da respectiva secção.

§ 1.º Em qualquer dos casos, aprovada a candidatura pela secção de estudo, esta elaborará um parecer que será sujeito à sanção de uma assemblea geral de sócios titulares e de mérito reunidos sob a presidência do presidente da Associação. Esta assemblea funcionará em primeira convocação com a maioria dos sócios, e em segunda com qualquer número, sendo condição indispensável que o candidato reúna dois terços de votos obtidos em escrutínio secreto.

§ 2.º Aprovada que seja, por esta assemblea, a candidatura, o nome do novo sócio titular será proclamado pelo presidente, na primeira reunião da assemblea geral da Associação que se seguir.

Art. 9.º Nenhum sócio poderá passar para a categoria de mérito sem ter passado pela de titular, nem para esta sem ter passado pela de simplesmente efectivo ou correspondente.

Art. 10.º O acesso da categoria de titular para a de mérito faz-se por meio de parecer o proposta de todas as secções de estudo, sujeita à sanção de uma assemblea geral de sócios de mérito e titulares, que deliberará em primeira convocação com a maioria dos sócios e em segunda com qualquer número, sendo condição indispensável que o candidato reúna dois terços de votos em escrutínio secreto. Aprovada por esta assemblea a candidatura seguir-se há a mesma praxe adoptada para os sócios titulares.

Deveres

Art. 11.º Cumpre a todos os sócios:

- 1.º Pagar pontualmente a jóia e cotas estabelecidas;
- 2.º Coadjuvar a associação nos seus trabalhos, quer levando ao seu conhecimento tudo o que a possa interessar e se relacione com o seu objectivo, quer prosseguindo-lhe na medida do possível o auxilio que por ela for solicitado;
- 3.º Promover o engrandecimento e bom nome da associação;
- 4.º Oferecer para a biblioteca, salvo impossibilidade absoluta, um exemplar das suas publicações;
- 5.º Abster-se de usar o distinctivo da associação o de invocar a sua qualidade de sócio em actos que contrariem os fins da mesma ou de onde resulte desprestígio para a associação;

6.º Inscrever-se, pelo menos, em uma das secções de estudo;

7.º Assinar os livros de presença às sessões.

Art. 12.º Cumpre mais aos sócios efectivos servir nos cargos associativos para que foram eleitos, durante uma gerência, salvo motivo justificado.

Direitos

Art. 13.º Todos os sócios têm o direito de:

1.º Receber o bilhete de identidade, o diploma e um exemplar do estatuto e regulamento;

2.º Usar o distintivo da sua categoria;

3.º Receber um exemplar de todas as publicações da associação nas condições que forem estabelecidas em instruções especiais;

4.º Assistir a todos os trabalhos da associação, excepto aos de carácter exclusivamente administrativo;

5.º Reproduzir os objectos existentes no museu e que pertençam à associação.

Art. 14.º Os sócios efectivos têm mais o direito de votar e ser votados para os cargos associativos, quando reúnam a categoria e mais requisitos exigidos por este regulamento.

Perda da qualidade de sócio

Art. 15.º O sócio perde a sua qualidade:

1.º Quando assim o comunique por escrito ao conselho administrativo;

2.º Quando, achando-se em atraso de pagamento de mais de seis meses de cotas, as não satisfaça depois de avisado pelo conselho administrativo;

3.º Quando, sob proposta do conselho administrativo, a assemblea geral o exclua com fundamento na prática de actos que deprimem o carácter individual do sócio, ou sejam deliberadamente contrários ao preceituado no estatuto e no regulamento ou nocivos à Associação, ou ainda por actos de violência praticados dentro da sede associativa;

4.º A exclusão será sempre por escrutínio secreto e em sessão especialmente convocada para esse efeito, devendo a deliberação ser tomada em primeira convocação com a assistência de metade dos sócios no pleno gozo dos direitos associativos, e em segunda com qualquer número, e sempre por dois terços dos sócios presentes. Nesta sessão o sócio tem plena liberdade de defesa.

CAPÍTULO III

Assemblea geral

Art. 16.º Todos os sócios podem tomar parte nas assembleas gerais, mas nos assuntos administrativos não têm voto os correspondentes e os efectivos que não estejam no gozo pleno dos seus direitos associativos.

§ único. Considera-se como tendo perdido o pleno gozo dos seus direitos associativos todo o sócio efectivo:

1.º Que se ache voluntariamente em atraso de mais de quatro cotas mensais;

2.º Que, salvo motivo justificado, tenha faltado a mais de dois terços das sessões da assemblea geral havidas nos últimos doze meses, ou no último triénio, conforme lhe fôr mais favorável, excepto no caso de contar mais de dez anos de sócio, em que lhe não será feita esta exigência;

3.º Que, sendo eleito para qualquer cargo associativo, tenha durante a gerência faltado sem justificação, a mais de um terço das reuniões; esta perda dos direitos associativos é limitada ao ano que segue ao termo da gerência;

4.º Quo so recuso, sem motivo justificado, a tomar posse dos cargos associativos para que tiver sido eleito;

esta perda do pleno gozo dos direitos associativos é pelo período da gerência em que devia servir.

Art. 17.º O sócio só adquire o pleno gozo dos seus direitos associativos depois de decorrido um ano de associado.

Art. 18.º Compete à assemblea geral deliberar não só sobre os pontos explicitamente expressos neste regulamento, mas sobre todos os outros que, em virtude d'ele, não são da competência dos corpos gerentes, de cujas deliberações, porém, há recurso para a assemblea geral.

Art. 19.º A assemblea geral reunir-se há em sessão administrativa sempre que para isso seja convocada por aviso onde se declare o fim da convocação; e na última semana do mês de Julho, para discussão do relatório da gerência do ano social findo em 30 de Junho, e eleição dos cargos associativos nos anos em que deva efectuar-se.

§ único. A assemblea geral administrativa só pode funcionar em primeira convocação com a presença de, pelo menos, quinze sócios, e em segunda convocação, feita para um prazo não inferior a uma hora nem superior a oito dias, com qualquer número de sócios.

Art. 20.º A dissolução da Associação e a modificação do estatuto e regulamento só poderão ser tratadas em sessão onde compareçam, pelo menos, dois terços dos sócios efectivos. Não se reunindo os dois terços dos sócios far-se há nova convocação, sendo então indispensável a presença de metade dos sócios. Tornando-se necessária nova convocação por falta de sócios as resoluções só serão válidas com a presença de um terço dos sócios. Não podendo ainda realizar-se a sessão pela mesma causa, far-se há nova convocação, funcionando então com qualquer número de sócios.

Art. 21.º Nenhum assunto de carácter administrativo poderá ser votado na sessão em que fôr proposto.

Art. 22.º A assemblea geral reunir-se há em sessão de estudo na última semana de cada mês, excepto em Agosto, Setembro e Outubro, que serão considerados de férias, e nessas sessões se tratará de assuntos de interesse científico e da proclamação de sócios de mérito e titulares.

§ único. Para a realização destas sessões é suficiente a comparência de onze sócios, incluindo os que constituem a mesa.

CAPÍTULO IV

Direcção

Art. 23.º A Associação será dirigida em todas as suas manifestações por um conselho dirigente assim composto:

- 1 presidente.
- 2 vice-presidentes.
- 2 secretários.
- 2 vice-secretários.
- 1 tesoureiro.
- 1 vogal redactor.
- 6 presidentes de secções de estudo.
- 6 vice-presidentes de secções de estudo.
- 6 conservadores.

§ 1.º À excepção dos presidentes e vice-presidentes das secções de estudo e dos conservadores, que são eleitos pelas respectivas secções, todos os outros cargos são de eleição da assemblea geral.

§ 2.º Os cargos de presidentes, vice-presidentes de secções, vogal redactor e conservadores são acumuláveis com qualquer dos outros.

§ 3.º Para os cargos de presidente da Associação, vice-presidentes, secretários, vogal redactor e presidentes de secções de estudo e representante da Associação

na Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia só podem ser eleitos sócios de mérito ou titulares.

§ 4.º Um dos secretários, por escolha do conselho dirigente, desempenhará as funções de secretário geral.

Art. 24.º A vitalidade da Associação manifesta-se por intermédio:

- a) Das suas sessões da assemblea geral;
- b) Das suas deliberações de carácter administrativo;
- c) Das suas publicações;
- d) Das suas relações com o Estado e com as sociedades científicas nacionais e estrangeiras;
- e) Das suas secções de estudo;
- f) Da sua biblioteca e do seu museu.

Art. 25.º O conselho dirigente intervém nos trabalhos associativos, subdividindo-se pela forma que segue:

- a) Quanto às reuniões da assemblea geral:

A respectiva mesa assim composta:

- O presidente da Associação ou, na sua falta, um dos vice-presidentes;
- Os secretários ou, na sua falta, os vice-secretários.

- b) Quanto às deliberações de carácter administrativo:

O conselho administrativo assim composto:

- O presidente da Associação;
- Os vice-presidentes;
- Os secretários;
- Os vice-secretários;
- O tesoureiro.

- c) Quanto às publicações:

O conselho redactor assim composto:

- O presidente da Associação;
- Os presidentes das secções de estudo;
- O vogal redactor, servindo de secretário de redacção;
- O tesoureiro, desempenhando as funções de administrador das publicações.

- d) Quanto às relações da Associação com o Estado e com as sociedades nacionais e estrangeiras:

- O presidente da Associação ou, na sua falta, um dos vice-presidentes;
- O secretário geral ou, na sua falta, outro secretário;
- O vogal redactor;
- Os presidentes das secções de estudo.

- e) Quanto às secções de estudo:

- Os respectivos presidentes, vice-presidentes e secretários.

- f) Quanto à biblioteca e ao museu:

O conselho Técnico assim composto:

- O Presidente da Associação;
- Os conservadores.

Art. 26.º Não obstante a divisão de trabalho acima indicada, é lícito ao presidente da Associação, sempre que o julgue necessário, convocar todo o conselho dirigente em reunião plenária.

Art. 27.º O conselho administrativo reunir-se há em sessão ordinária, pelo menos, uma vez por mês, devendo as suas deliberações constar dum livro de actas redigidas por qualquer dos secretários e visadas, depois de aprovadas, pelo presidente.

§ único. As reuniões do conselho administrativo consideram-se válidas mesmo que assistam apenas o seu presidente, o secretário geral o o tesoureiro.

Atribuições dos diversos membros do conselho dirigente

Art. 28.º Compete ao presidente, e no seu impedimento ao vice-presidente, que estiver em exercício:

1.º Representar a Associação em todos os actos públicos;

2.º Convocar as sessões do conselho dirigente, do conselho administrativo e da assemblea geral, e presidir às mesmas, usando do voto de qualidade para desempate, quando for necessário;

3.º Assinar a correspondência oficial e as actas das reuniões depois de aprovadas;

4.º Inspeccionar toda a escrita da Associação, o arquivo, o museu e a biblioteca, dando as indicações que julgue necessárias;

5.º Tomar conhecimento de toda a correspondência recebida e expedida, assinar os bilhetes de identidade, e bem assim os diplomas, estes em conjunto com o secretário geral e o tesoureiro;

6.º Visar todos os documentos de despesa de importância superior a 100\$.

Art. 29.º É das atribuições do secretário geral:

1.º Avisar os membros do conselho dirigente, do conselho administrativo e da assemblea geral, para comparecerem às sessões;

2.º Organizar e manter em dia o arquivo e dirigir todos os serviços da secretaria, assinando a correspondência que o não seja pelo presidente;

3.º Elaborar o relatório geral da Associação que deverá ser presente anualmente à assemblea geral.

Art. 30.º Cumpre ao outro secretário:

1.º Lavrar as actas da assemblea geral, do conselho dirigente e do conselho administrativo;

2.º Substituir o secretário geral nos seus impedimentos;

3.º Colaborar com o secretário geral nos serviços da secretaria e do arquivo.

Art. 31.º Aos vice-secretários compete substituir os secretários nos seus impedimentos e coadjuvá-los nos serviços do arquivo e secretaria.

Art. 32.º São atribuições do tesoureiro:

1.º Promover, arrecadar e administrar todas as receitas da Associação;

2.º Administrar todas as publicações da Associação e tê-las sob a sua guarda, bem como o respectivo material;

3.º Pagar todas as despesas autorizadas pelo conselho administrativo e efectuar aquelas que sejam indispensáveis e de importância inferior a 100\$;

4.º Apresentar mensalmente ao conselho administrativo um extracto do livro caixa, em forma de balancete, que deverá estar patente aos sócios.

Art. 33.º Cumpre ao vogal redactor:

1.º Promover a colaboração e confecção das publicações de carácter científico e estatístico da Associação já autorizadas e visar as respectivas facturas;

2.º Solicitar a reunião do conselho redactor sempre que tenha dúvidas sobre a publicação de qualquer artigo e informá-lo acerca do andamento das publicações.

Art. 34.º As funções dos presidentes, vice-presidentes, secretários e conservadores das secções serão determinadas em regulamento especial elaborado pelas mesmas secções.

Art. 35.º A Associação poderá elevar a presidente de honra, sem efectividade, qualquer dos seus antigos presidentes a quem julgue merecedor desta glorificação.

§ único. A proposta respectiva, assinada pelo menos por vinte sócios, será presente a uma assemblea geral especialmente convocada para este fim.

CAPÍTULO V

Secções de estudo

Art. 36.º A fim de tornar mais intenso o movimento da Associação, esta dividir-se há em secções, sem número determinado de sócios, agrupados conforme as suas competências e preferências.

§ único. As secções compete apenas ocupar-se de assuntos da sua especialidade e dar parecer acerca da admissão de sócios que por intermédio das mesmas sejam propostos.

Art. 37.º Haverá as seguintes secções:

- 1.ª Arqueologia pre-histórica;
- 2.ª Arqueologia histórica;
- 3.ª Numismática e sigilografia;
- 4.ª Heráldica e genealogia;
- 5.ª Bibliologia e diplomática;
- 6.ª Estudos lisiponenses.

§ único. A criação de outras secções, além destas, depende de proposta ulterior da Associação e de aprovação da assembleia geral.

Art. 38.º Cada secção elegerá de entre os seus membros, trienalmente, um presidente, um vice-presidente, um secretário e um conservador do museu, sendo este último cargo acumulável com qualquer dos três primeiros.

O resultado desta eleição deverá ser comunicado ao conselho administrativo.

Art. 39.º Os sócios que desejarem fazer parte de qualquer secção solicitarão por escrito a sua inscrição ao respectivo presidente.

Art. 40.º As secções deverão reunir pelo menos uma vez por mês, ter um livro de actas e um arquivo, cumprindo-lhe também apresentar à assembleia geral, na primeira sessão de estudo de cada ano associativo, um relatório dos trabalhos efectuados.

§ 1.º As reuniões das secções poderão assistir os sócios a elas estranhos, mas não terão o direito de intervir nas discussões.

§ 2.º Nas sessões de estudo da assembleia geral presumem-se reunidas todas as secções para tomarem resoluções em conjunto.

CAPÍTULO VI

Publicações da Associação

Art. 41.º A Associação terá um órgão intitulado *Arqueologia e História*, que sairá, quanto possível, uma vez por ano, em volumes não inferiores a 160 páginas.

Art. 42.º Esta publicação destina-se a inserir:

1.º Artigos dos sócios ou de pessoas estranhas que se relacionem com os assuntos de que a Associação se ocupa;

2.º As conferências, comunicações e relatórios feitos perante a assembleia geral ou perante as secções de estudo e cuja publicação seja votada por estas ou por aquela;

3.º Quaisquer relatórios, correspondência ou documentos, cuja publicação seja julgada útil pelo conselho administrativo ou pela assembleia geral.

Art. 43.º Além do seu órgão, a Associação, mediante parecer da secção de estudo a que o assunto diga respeito, proposta do conselho administrativo e aprovação da assembleia geral, poderá editar quaisquer obras de interesse associativo, devendo nesse caso, quando seja necessário, o conselheiro, como delegado do conselho administrativo, entabular-se com os autores para a celebração de contratos.

Art. 44.º A redacção de todas as publicações é atribuição do conselho redactor, única entidade competente para indicar se os artigos a que se refere o n.º 1.º do

artigo 42.º estão ou não nas condições de serem publicados.

CAPÍTULO VII

Instituições agregadas

Art. 45.º As entidades legalmente constituídas cujos fins se integrem, no todo ou em parte, nos fins da Associação podem ser aceitas como agregadas.

§ 1.º Cumpre-lhes:

1.º Prestar à Associação o auxílio para a execução dos seus fins na localidade da sua sede;

2.º Enviar anualmente um relatório dos seus trabalhos;

3.º Remeter um exemplar dos seus estatutos e regulamentos e bem assim de todas as suas publicações.

§ 2.º À Associação cumpre:

1.º Prestar-lhes todo o auxílio possível para o cabal desempenho dos seus fins;

2.º Enviar um exemplar das suas publicações para as respectivas bibliotecas.

CAPÍTULO VIII

Museu

Art. 46.º O museu estará patente ao público nos dias que as instruções especiais indicarem.

§ único. Nos dias 24 de Junho, 16 de Julho e 14 de Agosto, respectivamente aniversários do nascimento de D. Nun'Alvares Pereira, do lançamento da pedra fundamental do convento e da batalha de Aljubarrota, o museu estará franqueado gratuitamente ao público.

Art. 47.º No museu existirá um registo dos objectos, onde constará a sua descrição, data da entrada, proveniência, meio de aquisição e outras circunstâncias que interessem.

Art. 48.º Aos conservadores compete:

1.º Escrever o registo do museu;

2.º Velar pela disposição e conservação dos objectos;

3.º Fazer cumprir e respeitar as instruções;

4.º Elaborar anualmente o respectivo relatório.

CAPÍTULO IX

Biblioteca

Art. 49.º A consulta das espécies da biblioteca só é permitida aos sócios e na sede da Associação.

§ único. Muito excepcionalmente, o conselho administrativo poderá permitir essa consulta, também na sede, a qualquer estudioso, nacional ou estrangeiro, estranho à Associação.

Art. 50.º A conservação e catalogação da biblioteca estarão a cargo de um dos conservadores, designado pelo conselho a que se refere a alínea f) do artigo 25.º, ao qual compete:

1.º Escrever o registo de matrícula dos livros, devendo anotar a data de entrada, a proveniência, o nome da obra e do autor, número de registo, etc.;

2.º Elaborar os catálogos, coadjuvado, na parte ideográfica, pelas secções;

3.º Velar pela conservação e arrumação dos livros;

4.º Promover a encadernação de livros e a sua aquisição por meio de compra ou troca de duplicados, dentro das autorizações concedidas pelo conselho administrativo;

5.º Elaborar anualmente um relatório, para ser presente à assembleia geral, acerca do estado, movimento e necessidades da biblioteca;

6.º Fazer cumprir as instruções referentes à biblioteca.

CAPÍTULO X

Arquivo

Art. 51.º O arquivo da Associação é constituído pelos livros de actas e de contabilidade, já encerrados, por toda a correspondência recebida, pela cópia da correspondência expedida e quaisquer outros referentes à vida associativa.

Art. 52.º O arquivo estará a cargo do secretário geral.

Art. 53.º O arquivo poderá ser consultado na sede social pelos sócios que o desejem.

CAPÍTULO XI

Disposições transitórias

Art. 54.º Aos sócios que existam à data da publicação deste regulamento são mantidas as suas categorias.

Art. 55.º São desde já considerados sócios titulares todos os que sejam actualmente ou tenham sido presidentes ou vice-presidentes da mesa da assemblea geral.

Art. 56.º Estes sócios titulares e os de mérito que à data existam constituem a assemblea de sócios titulares a que se refere o artigo 8.º para aprovação de novos sócios titulares, começando a funcionar logo que o presente regulamento entre em vigor.

Art. 57.º A primeira eleição para os corpos directivos, nos termos do presente regulamento, far-se há no mês de Junho de 1925.

Art. 58.º Os actuais corpos gerentes, mesas das secções e delegado junto da Comissão de Monumentos do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscrição terminarão o seu mandato no dia 30 de Junho de 1925, devendo o relatório dos últimos seis meses de gerência ser apresentado em uma sessão do mês do Julho seguinte.

Art. 59.º É permitido até 30 de Maio a qualquer dos sócios a que se refere o artigo 55.º apresentar à assemblea geral, a que se refere o artigo 56.º, pareceres sobre candidaturas, a sócios titulares, de sócios que até essa data exerçam o cargo de presidente dalguma das secções constituídas.

Art. 60.º Os n.ºs 2.º e 3.º do artigo 16.º só terão aplicação do ano associativo de 1926-1927 por diante.

Edifício Histórico do Carmo, sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1 de Março de 1924. — O Secretário da Mesa da Assembleia Geral, *Frederico Gazzo Perry Vidal*.